



ISSN 2674-8169



Latindex



DOI



## ***A enfermagem no contexto da prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrativa***

Simone da Rocha Rodrigues Lima<sup>1</sup>, Sarah Kellen Rodrigues da Silva<sup>2</sup>, Stefâny Barbosa da Silva<sup>3</sup>, Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento-Silva<sup>4</sup>



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2026v8n4p765-784>

Artigo recebido em 16 Março e publicado em 16 de Abril de 2026

### **REVISÃO INTEGRATIVA**

#### **RESUMO**

**Objetivo:** Analisar a enfermagem no contexto da prevenção da violência obstétrica, com foco na promoção de uma assistência humanizada ao parto e no respeito aos direitos reprodutivos da mulher. **Método:** Por meio de uma revisão integrativa da literatura, foram identificadas as práticas que configuram a violência obstétrica, os contextos de vulnerabilidade enfrentados pelas mulheres, os marcos legais vigentes e as estratégias adotadas pela enfermagem no cuidado obstétrico. **Resultados:** Os resultados evidenciam que o enfermeiro obstetra é um agente central na transformação das práticas institucionais, por meio de uma atuação da equipe de enfermagem pautada na escuta ativa, acolhimento, defesa da autonomia feminina e humanização do cuidado. **Conclusão:** Conclui-se que a formação ética do enfermeiro, aliada à implementação de políticas públicas respeitosas e inclusivas, é essencial para a superação de modelos autoritários e medicalizados que perpetuam a violência obstétrica nos serviços de saúde, garantindo maior qualidade e segurança na assistência prestada.

**Palavras-chave:** Parto humanizado; violência obstétrica; gravidez.

<sup>1</sup> Faculdades Integradas da América do Sul - INTEGRA

<sup>2</sup> Faculdades Integradas da América do Sul - INTEGRA

<sup>3</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG)

<sup>4</sup> Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

## Nursing in the context of the prevention of obstetric violence: an integrative review

### ABSTRACT

**Objective:** To analyze nursing in the context of preventing obstetric violence, with a focus on promoting humanized childbirth care and respecting women's reproductive rights. **Method:** Through an integrative literature review, practices that characterize obstetric violence, contexts of vulnerability faced by women, existing legal frameworks, and strategies adopted by nursing in obstetric care were identified. **Results:** The results show that the obstetric nurse is a central agent in transforming institutional practices through the nursing team's performance based on active listening, welcoming care, advocacy for women's autonomy, and humanization of care. **Conclusion:** It is concluded that the ethical training of nurses, combined with the implementation of respectful and inclusive public policies, is essential to overcome authoritarian and medicalized models that perpetuate obstetric violence in health services, ensuring greater quality and safety in the care provided.

**Keywords:** Humanizing Delivery; Obstetric Violence; Pregnancy.

**Instituição afiliada** – Faculdades Integradas da América do Sul - INTEGRA<sup>1</sup>, Faculdades Integradas da América do Sul – INTEGRA<sup>2</sup>, Universidade Federal de Goiás (UFG) <sup>3</sup> e Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)<sup>4</sup>

**Autor correspondente:** Simone da Rocha Rodrigues Lima [simone.limar2020@gmail.com](mailto:simone.limar2020@gmail.com)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## **INTRODUÇÃO**

A violência obstétrica é uma grave violação dos direitos humanos e reprodutivos das mulheres, manifestando-se por meio de práticas abusivas, negligentes ou desrespeitosas durante a assistência ao parto e nascimento. Embora ainda careça de uma definição legal consolidada no Brasil, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece, desde 2014, a recorrência de condutas autoritárias e desumanizadas nos serviços de saúde, que atingem de forma mais intensa mulheres em situação de vulnerabilidade social e racial.

O termo “violência obstétrica” foi introduzido em 2010 pelo médico venezuelano Rogélio Pérez D’Gregório, então presidente da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia da Venezuela, com o objetivo de nomear práticas que violam os direitos das mulheres no contexto da assistência obstétrica. A expressão passou a englobar desde intervenções médicas realizadas sem consentimento até agressões verbais, psicológicas e físicas, tornando-se fundamental para a compreensão e o enfrentamento das violações de direitos humanos no ciclo gravídico-puerperal (Meira; Sousa; Publio, 2023). Portanto, torna-se indispensável a capacitação contínua dos profissionais de saúde e a adoção de condutas baseadas em evidências científicas, conforme apontam Bitencourt et al. (2021).

No Brasil, embora a violência obstétrica não seja tipificada em uma lei específica, sua ocorrência é amplamente reconhecida na literatura científica, sendo associada a desigualdades de gênero, relações hierárquicas no sistema de saúde e à realização de intervenções desnecessárias, que comprometem a autonomia e os direitos da mulher (Assis; Meurer e Delvan, 2020). Como forma de enfrentamento e promoção da humanização do parto, destaca-se a Lei Federal nº 11.108/2005, conhecida como Lei do Acompanhante, que assegura à gestante o direito à presença de uma pessoa de sua livre escolha durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. Essa medida busca não apenas garantir suporte emocional, mas também atuar como proteção contra práticas abusivas, reforçando o respeito à dignidade da parturiente e contribuindo para a construção de uma assistência obstétrica ética e humanizada (Brasil, 2005).

A equipe de enfermagem desempenha um papel fundamental na prevenção e

combate à violência obstétrica, sendo responsável por promover um cuidado humanizado e respeitoso à gestante durante todo o ciclo gravídico-puerperal. Enfermeiros obstétricos atuam na linha de frente do atendimento, oferecendo suporte emocional, assegurando a autonomia da mulher e garantindo o direito à informação e ao consentimento livre e esclarecido sobre os procedimentos realizados (Silva et al., 2024). Cabe à equipe de enfermagem identificar sinais de violência obstétrica, intervir em práticas abusivas e contribuir para a transformação dos modelos de assistência, afastando condutas baseadas na medicalização excessiva e na desconsideração da parturiente como protagonista do seu parto (Cardoso et al., 2023).

É indispensável a capacitação contínua dos profissionais e a adoção de condutas baseadas em evidências científicas (Bitencourt et al., 2021). Além disso, a educação em saúde realizada pela enfermagem empodera as gestantes, ajudando-as a conhecer seus direitos e se proteger contra abusos (Orso et al., 2021).

Esta pesquisa tem como objetivo evidenciar a vulnerabilidade das mulheres durante o parto, por meio da análise das práticas de violência obstétrica. Busca-se, assim, compreender os impactos dessas condutas desrespeitosas no bem-estar das gestantes e destacar o papel da enfermagem na construção de um parto mais seguro, acolhedor e baseado no respeito à autonomia feminina.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo adotou a revisão integrativa da literatura como abordagem metodológica, por ser a estratégia que apresenta maior abrangência entre os tipos de revisão existentes. Esse método permite a inclusão de estudos com diferentes delineamentos experimentais e não experimentais, favorecendo uma análise crítica e sólida acerca do fenômeno da violência obstétrica (V.O.), destacando sua complexidade e as múltiplas dimensões envolvidas. A revisão integrativa combina dados oriundos da produção teórica e da literatura empírica, contemplando estudos com diferentes propósitos, contextos e abordagens, o que contribui para o aprofundamento da compreensão do objeto de estudo e para a identificação de lacunas no conhecimento científico, orientando futuras investigações e intervenções na área da saúde da mulher (Gonçalves, 2021).

Para orientar o desenvolvimento do estudo, foi elaborada a pergunta norteadora utilizando a estratégia PICO (Santos; Pimenta; Nobre, 2007).

- P (Paciente/População/Problema): Mulheres no ciclo gravídico-puerperal, expostas ao risco de violência obstétrica;
- I (Intervenção): Atuação do enfermeiro e equipe de enfermagem na prevenção da violência obstétrica;
- C (Comparação): Ausência de intervenção específica ou modelo de assistência tradicional;
- O (Desfecho/Outcome): Redução da violência obstétrica, promoção da assistência humanizada e garantia dos direitos das mulheres.

Dessa forma, a pergunta norteadora que guiou a pesquisa foi: “Qual o papel da enfermagem no contexto da prevenção da violência obstétrica e na promoção de uma assistência humanizada no ciclo gravídico-puerperal?”

A estratégia de busca e seleção de estudos foi feita, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS/LILACS) e PubMed (Public Medline). Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/ MeSH) em português e inglês: “violência obstétrica” / “obstetric violence”, “gravidez” / “pregnancy”, “enfermagem obstétrica” / “obstetric nursing”, combinados com os operadores booleanos AND e OR com o objetivo de localizar estudos que abordem diretamente a temática proposta.

Foram incluídos artigos originais publicados entre os anos de 2020 e 2025, nos idiomas portugueses ou inglês. Também foram considerados estudos que abordaram direta ou indiretamente a atuação do enfermeiro frente à violência obstétrica. Além disso, foram selecionadas publicações com texto completo disponível e de acesso livre. Estudos publicados antes de 2020 também foram incluídos quando apresentaram relevância teórica incontestável para a fundamentação do tema.

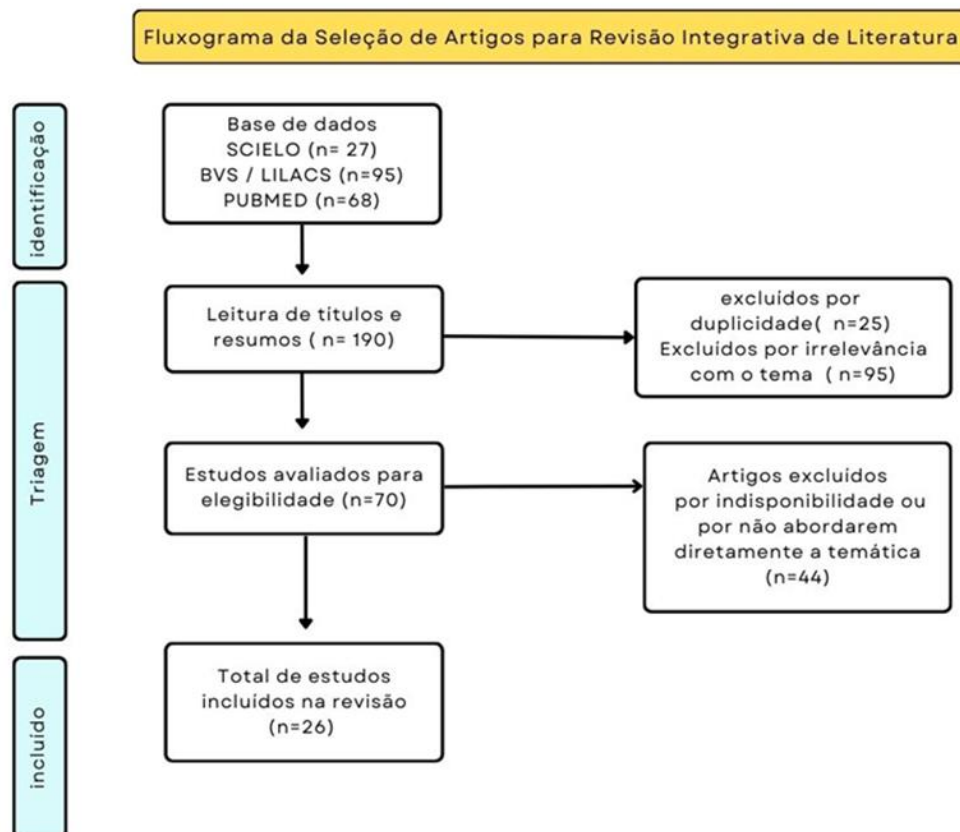
Foram excluídos da pesquisa os estudos que apresentavam duplicidade de registros, trabalhos indisponíveis na íntegra e aqueles que não abordavam a temática de forma central. A seleção dos estudos ocorreu por meio da leitura criteriosa dos títulos e resumos, seguida da análise completa dos textos quando necessário, conforme mostra a (figura 1).

A organização e a análise dos dados foram realizadas a partir das informações extraídas dos estudos selecionados, sendo estas organizadas de forma descritiva e sistemática. Esse processo possibilitou a categorização temática dos achados, estruturada nos seguintes eixos: violência obstétrica e atuação do enfermeiro; assistência da enfermagem no parto humanizado; exemplos de violência obstétrica; legislação e aspectos jurídicos; e racismo e bioética na negligência obstétrica.

A análise visou expor os avanços e desafios da atuação da enfermagem na prevenção da violência obstétrica, apontando possíveis caminhos para o fortalecimento do cuidado humanizado e ético às mulheres, considerando práticas de negligência institucional e desigualdades raciais e de gênero.

Para garantir a transparência e o rigor metodológico, foi utilizado o modelo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), que orientou todas as etapas do processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos (Page et al, 2020).

Figura 1: Fluxograma prisma - seleção de artigos para revisão integrativa



Fonte: Adaptado pelas autoras da Declaração PRISMA 2020 (2026)



## **RESULTADOS**

A busca resultou em 190 registros. Após a remoção de duplicatas, 165 estudos foram submetidos à leitura de títulos e resumos, sendo 95 excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Os 70 artigos restantes foram analisados integralmente, dos quais 44 foram excluídos por indisponibilidade ou por não abordarem diretamente a temática. Ao final, 26 artigos foram incluídos e analisados qualitativamente. Desta forma, para que esse potencial seja plenamente realizado, é necessário investimento em capacitação, suporte institucional, articulação jurídica eficaz e políticas públicas que reconheçam as especificidades da violência obstétrica, em especial aquelas relacionadas às questões raciais e de gênero. O desafio centra-se em construir uma cultura de cuidado que respeite integralmente os direitos e a dignidade das mulheres. Esses aspectos são apresentados no (quadro 2).

**Quadro 2** – Organização dos estudos segundo os autores, delineamento da pesquisa, título, metodologia e principais resultados.

<b>Autor / Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Principais Resultados</b>
Garcia et al., 2024	A atuação da equipe multidisciplinar na prevenção da violência obstétrica	Revisão de literatura, com busca nas bases LILACS, MEDLINE/PubMed e SciELO. Após aplicação dos critérios de elegibilidade, seis artigos publicados a partir de 2018 foram selecionados para análise.	O estudo evidenciou que a atuação de uma equipe multidisciplinar capacitada é fundamental para a prevenção da violência obstétrica. Destacou-se a necessidade de sensibilização dos profissionais, fortalecimento do cuidado humanizado, redução de intervenções desnecessárias e respeito à autonomia da mulher, contribuindo para a diminuição da morbimortalidade materno-infantil.
Saraiva e Campos, 2023	A carne mais barata do mercado é a carne negra: notas sobre o racismo e a violência obstétrica contra mulheres negras	Ensaio teórico-reflexivo, fundamentado na análise descritiva de duas reportagens publicadas no portal G1, à luz do conceito de racismo institucional e das iniquidades em saúde.	Os resultados apontaram que o racismo institucional atua como elemento estruturante da violência obstétrica contra mulheres negras, produzindo negação de direitos, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e maior vulnerabilidade à morte materna. O estudo destaca a urgência da efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra como estratégia de enfrentamento.
Zanchetta et al., 2021	Ampliando vozes sobre violência obstétrica: recomendações de advocacy para enfermeira(o) obstetra	Pesquisa multicêntrica, de abordagem quanti-qualitativa, realizada por meio de inquérito online com 414 participantes de três cidades da região Sudeste do Brasil. Os dados foram analisados por estatística descritiva e análise temática.	Os achados revelaram lacunas significativas no conhecimento da população sobre violência obstétrica e direitos das mulheres. As principais estratégias apontadas para o enfrentamento foram a educação coletiva sobre direitos obstétricos, o fortalecimento do atendimento humanizado e a atuação da enfermagem por meio da advocacy, ampliando a governança compartilhada e a humanização da assistência.



## A enfermagem no contexto da prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrativa

Lima et. al.

Assis; Meurer; Delvan, 2020	Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica	Estudo qualitativo, descritivo, com análise de relatos de mulheres vítimas de violência obstétrica publicados em blogs, utilizando análise de conteúdo	Evidenciou impactos emocionais significativos como medo, tristeza, raiva, culpa, dificuldades no vínculo mãe-bebê e prejuízos à saúde mental, reforçando a necessidade de cuidado humanizado
Bitencourt, et al., 2021	Significado de violência obstétrica para os profissionais que atuam na assistência ao parto	Estudo qualitativo, com entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais de saúde	Profissionais reconhecem a violência obstétrica como desrespeito, intervenções desnecessárias e negação da autonomia feminina, embora algumas práticas ainda sejam naturalizadas
Brasil, 2024	Cartilha de Violência Obstétrica	Documento institucional educativo, fundamentado em legislações e diretrizes nacionais e internacionais	Define violência obstétrica, apresenta tipos, direitos das mulheres e orientações para prevenção e enfrentamento nos serviços de saúde
Cardoso et al., 2023	Papel da equipe de enfermagem frente à violência obstétrica	Revisão integrativa da literatura	Destaca a enfermagem como essencial na identificação, prevenção da violência obstétrica e promoção da assistência humanizada
Cavalcante et al., 2025	O papel do enfermeiro na assistência ao parto humanizado em ambientes hospitalares	Revisão integrativa	Evidencia a atuação do enfermeiro na humanização do parto, redução de intervenções desnecessárias e fortalecimento do protagonismo da mulher
Costa et al., 2024	Violência obstétrica: medidas protetivas descritas nas legislações estaduais brasileiras	Estudo documental e qualitativo	Identificou que 24 estados e o DF possuem leis ou projetos voltados à prevenção da violência obstétrica, destacando a ausência de legislação federal



## A enfermagem no contexto da prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrativa

Lima et. al.

Fanéli; Lima, 2024	A enfermagem na prevenção da violência obstétrica	Trabalho de Conclusão de Curso	Evidencia o papel da enfermagem no acolhimento, educação em saúde e defesa dos direitos das mulheres
Flores; Netto, 2023	“É para o seu bem”: a violência perfeita na assistência obstétrica	Ensaio teórico-reflexivo	Analisa a violência simbólica e discursiva naturalizada como cuidado, que retira a autonomia feminina
Garcia et al., 2024	A atuação da equipe multidisciplinar na prevenção da violência obstétrica	Revisão de literatura	Destaca a importância da atuação integrada da equipe multiprofissional na prevenção da violência obstétrica
Leite et al., 2022	Desrespeitos e abusos, maus-tratos e violência obstétrica	Estudo teórico-reflexivo	Aponta dificuldades conceituais e metodológicas na mensuração da violência obstétrica e seus impactos na saúde pública
Lima; Pimentel; Lyra, 2021	Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras	Estudo qualitativo	Evidencia o racismo institucional como fator agravante da violência obstétrica contra mulheres negras
Martins et al., 2022	Análise das denúncias de violência obstétrica no MPF do Amazonas	Estudo documental e quantitativo	Identificou denúncias recorrentes, principalmente na rede pública, envolvendo médicos e enfermeiros
Matos; Magalhães; Féres-Carneiro, 2021	Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães	Estudo qualitativo	Relaciona violência obstétrica ao trauma no parto e prejuízos psíquicos maternos
Medeiros; Nascimento, 2022	“Na hora de fazer não chorou”: a violência	Estudo qualitativo	Evidencia violência verbal e psicológica naturalizada no cuidado obstétrico



## A enfermagem no contexto da prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrativa

Lima et. al.

	obstétrica e suas expressões		
Meira; Sousa; Publio, 2023	Violência obstétrica como violação dos direitos humanos	Revisão bibliográfica	Caracteriza a violência obstétrica como violação da dignidade, autonomia e direitos humanos das mulheres
Moraes et al., 2022	Parto e ocitocina: a violência obstétrica caracterizada pela imprudência	Revisão integrativa	Aponta o uso indiscriminado de ocitocina como prática violenta e arriscada
Orso et al., 2021	Violência obstétrica: experiência da equipe multidisciplinar em saúde	Estudo qualitativo	Evidencia desconhecimento conceitual, práticas violentas e necessidade de capacitação profissional
Paiva et al., 2022	Representações sociais da violência obstétrica	Estudo multimétodo	Mostra divergência entre percepção de profissionais e puérperas sobre a violência obstétrica
Paula et al., 2020	Violência obstétrica e o atual modelo obstétrico	Estudo qualitativo	Critica o modelo tecnocrático e a fragilidade da humanização na gestão
Ruiz; De Tilio, 2021	Análise do discurso de gênero no contexto hospitalar	Estudo qualitativo	Evidencia desigualdades de gênero e submissão feminina no cuidado obstétrico
Saraiva; Campos, 2023	A carne mais barata do mercado é a carne negra	Ensaio teórico	Relaciona racismo estrutural à violência obstétrica
Silva et al., 2024	O enfermeiro mediante o trabalho de parto	Revisão integrativa	Reforça a enfermagem como agente de prevenção da violência obstétrica



***A enfermagem no contexto da prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrativa***

Lima *et. al.*

Fonte: autoria das alunas (2026).

## DISCUSSÃO

A presente revisão nos permitiu analisar a atuação da enfermagem na prevenção da violência obstétrica e evidenciou que esse fenômeno permanece presente em diferentes contextos assistenciais, manifestando-se por meio de práticas abusivas, negligência institucional e intervenções desnecessárias durante o ciclo gravídico-puerperal. Os estudos analisados demonstram que tais práticas ainda estão associadas ao modelo tecnocrático de assistência ao parto, marcado pela medicalização excessiva e por relações hierárquicas entre profissionais de saúde e mulheres (Paula *et al.*, 2020; Trajano; Barreto, 2021).

Diversos estudos apontam que a violência obstétrica não se restringe a condutas individuais de profissionais, mas também está relacionada a falhas estruturais dos serviços de saúde e à organização institucional da assistência. Nesse sentido, Leite *et al.* (2022) destacam que o fenômeno envolve tanto práticas interpessoais abusivas quanto aspectos estruturais do sistema de saúde, como a naturalização de intervenções sem consentimento e a fragilidade na comunicação entre profissionais e pacientes. De modo semelhante, Medeiros e Nascimento (2022) evidenciam que práticas como agressões verbais, negligência no cuidado e desrespeito à autonomia feminina ainda são frequentemente relatadas por puérperas nos serviços hospitalares.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos se refere às repercussões físicas, emocionais e psicológicas da violência obstétrica. Assis, Meurer e Delvan (2020) demonstram que experiências negativas durante o parto podem gerar sentimentos de medo, tristeza, culpa e sofrimento psíquico, além de impactar o vínculo entre mãe e bebê. De forma semelhante, Matos, Magalhães e Féres-Carneiro (2021) apontam que procedimentos realizados sem consentimento ou explicação adequada podem transformar o parto em uma experiência traumática para muitas mulheres.

A literatura também evidencia que a violência obstétrica está profundamente relacionada às desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira. Estudos como os de Lima, Pimentel e Lyra (2021) e Saraiva e Campos (2023) demonstram que mulheres negras apresentam maior risco de sofrer negligência, demora no atendimento e desumanização do cuidado obstétrico. Essas desigualdades refletem a presença do

racismo estrutural e institucional no sistema de saúde, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam maior equidade no acesso e na qualidade da assistência.

No que se refere ao papel da enfermagem, os estudos analisados destacam a importância do enfermeiro obstetra como agente fundamental na transformação das práticas assistenciais. Cardoso et al. (2023) ressaltam que a equipe de enfermagem desempenha papel essencial na identificação e prevenção de situações de violência obstétrica, especialmente por meio da escuta qualificada, do acolhimento e da valorização da autonomia da mulher. Nesse mesmo sentido, Cavalcante et al. (2025) evidenciam que a atuação do enfermeiro no parto humanizado contribui para reduzir intervenções desnecessárias e fortalecer o protagonismo da gestante no processo de nascimento.

Além disso, a atuação da enfermagem na educação em saúde é apontada como estratégia relevante para a prevenção da violência obstétrica. Zanchetta et al. (2021) destacam que a disseminação de informações sobre direitos reprodutivos e boas práticas obstétricas fortalece a autonomia feminina e favorece a tomada de decisões informadas durante o parto. Da mesma forma, Silva et al. (2024) enfatizam que a presença ativa do enfermeiro durante o trabalho de parto contribui para garantir um cuidado mais humanizado, baseado no respeito, na empatia e na promoção da dignidade da mulher.

Outro ponto encontrado em nosso trabalho se refere à necessidade de capacitação contínua dos profissionais de saúde. Orso et al. (2021) demonstram que muitos profissionais ainda apresentam desconhecimento sobre o conceito de violência obstétrica, o que favorece a perpetuação de práticas inadequadas nos serviços de saúde. Nesse contexto, a formação profissional baseada em evidências científicas e na humanização do cuidado torna-se fundamental para promover mudanças nas práticas obstétricas e fortalecer a assistência centrada na mulher.

Por fim, os estudos analisados apontam avanços no campo legislativo relacionados ao enfrentamento da violência obstétrica. Costa et al. (2024) evidenciam que diversos estados brasileiros já possuem leis ou projetos de lei voltados à prevenção desse tipo de violência, embora ainda não exista uma legislação federal específica sobre

o tema. Apesar desses avanços, os autores destacam que a efetividade dessas medidas depende da implementação de políticas públicas, da fiscalização institucional e da formação ética dos profissionais de saúde.

Dessa forma, destacamos que o enfrentamento da violência obstétrica exige mudanças estruturais no modelo de assistência ao parto, com a valorização da autonomia da mulher, a adoção de práticas baseadas em evidências científicas e o fortalecimento da atuação da enfermagem na promoção de um cuidado ético, humanizado e centrado na dignidade feminina.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos analisados evidenciaram que a violência obstétrica ainda se configura como um problema relevante nos serviços de saúde, manifestando-se por meio de práticas desrespeitosas, intervenções desnecessárias e falhas na comunicação entre profissionais e gestantes. Além disso, fatores estruturais como desigualdades sociais, raciais e de gênero contribuem para a vulnerabilidade das mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal.

Nesse contexto, os resultados apontam que a enfermagem desempenha papel fundamental na prevenção da violência obstétrica, especialmente por meio da promoção de práticas de cuidado humanizado, da escuta qualificada e do respeito à autonomia da mulher. A atuação do enfermeiro obstetra durante o trabalho de parto contribui para reduzir intervenções desnecessárias, fortalecer o protagonismo da gestante e promover um ambiente de cuidado mais seguro e acolhedor. Além disso, a educação em saúde e a orientação sobre os direitos reprodutivos mostram-se estratégias importantes para empoderar as mulheres e favorecer decisões informadas no processo de parto e nascimento.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento da atuação da enfermagem, aliado à capacitação contínua dos profissionais de saúde e à implementação efetiva de políticas públicas voltadas à humanização da assistência obstétrica, é essencial para o enfrentamento da violência obstétrica. A promoção de um cuidado baseado no respeito, na dignidade e na autonomia feminina representa um passo fundamental para a transformação do modelo de assistência ao parto e para a garantia dos direitos das mulheres nos serviços de saúde.

## REFERÊNCIAS

1. ASSIS, K. G. de; MEURER, F.; DELVAN, J. da S. Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica. *Psicologia Argumento*, v. 39, n. 103, p. 135-157, jan./mar. 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.AO07>>. Acesso em: 15 mar. 2025.
2. BITENCOURT, A. C.; OLIVEIRA, S. L.; RENNÓ, G. M. Significado de violência obstétrica para os profissionais que atuam na assistência ao parto. *Enfermagem em Foco*, v. 12, n. 4, p. 787-793, 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/significado-violencia-obstetrica-profissionais-atuam-assistencia-parto.pdf>>. Acesso em: 14 mar.2025.
3. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022.- Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022.
4. BRASIL. Cartilha de Violência Obstétrica. Núcleo Mulher e Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Belém, 2024. Disponível em: < <https://www.mppa.mp.br/data/files/98/56/92/DE/A8A1F8102F73B3D8180808FF/CARTILHA%20DE%20VIOLENCIA%20OBSTETRICA.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2025.
5. BRASIL. Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 8 abr. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11108.htm)>. Acesso em:12 mar. 2025.
6. CARDOSO, I. P.et al. Papel da equipe de enfermagem frente à violência obstétrica. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos, Brasil, São Paulo*, v. 6, n. 13, p. 1507–1525, 2023. DOI: 10.55892/jrg.v6i13.743. Disponível em:< <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/743>>. Acesso em: 3 abr. 2025.
7. CAVALCANTE, L.L.P. et al. 2025. O papel do enfermeiro na assistência ao parto humanizado em ambientes hospitalares. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. 11, 5 (maio 2025), 4619–4628. Disponível em:

- <https://doi.org/10.51891/rease.v11i5.19322> Acesso em: 12 de abr 2025.
8. COSTA, M. S. et al. Violência obstétrica: medidas protetivas descritas nas legislações estaduais brasileiras. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 33–51, 2025. DOI: 10.25110/arqsaude.v29i1.2025-11191. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/11191>. Acesso em: 1 mar. 2025
  9. DE MORAES, A. C. M. M. et al. Parto e ocitocina: a violência obstétrica caracterizada pela imprudência. *Revista Remecs - Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 11–20, 2022. DOI: 10.24281/rremecs2022.7.12.11-20. Disponível em: < <https://www.revistaremece.com.br/index.php/remecs/article/view/811>>. Acesso em: 11 abr. 2025.
  10. FANÉLI, H.O.T.; SACRAMENTO, K.L.do. A enfermagem na prevenção da violência obstétrica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Vila Velha, ES, 2024. Disponível em: < <https://repositorio.uvv.br//handle/123456789/1832>>. Acesso em: 12 abr. 2025.
  11. FLORES, C. A.; NETTO, V.de. M. “É para o seu bem”: a "violência perfeita" na assistência obstétrica. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 33, p. e33057, 2023. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333057>>. Acesso em: 02 mai. 2025.
  12. GARCIA, R. R. et al. A atuação da equipe multidisciplinar na prevenção da violência obstétrica. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, 2024. Disponível em: < [https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacan-items/34088/104361/08V41\\_n2\\_2023\\_p117a122.pdf](https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacan-items/34088/104361/08V41_n2_2023_p117a122.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2025.
  13. GONÇALVES, J. R. MANUAL DE PROJETO DE PESQUISA:(3ª edição). Portal de Livros Abertos da Editora UniProcessus, v. 13, n. 13, p. 01-82, 2021. Disponível em:< <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>>. Acesso em 03 dez de 2026.
  14. LEITE, T.H. et al. Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27 (02), fev. 2022. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/1413-81232022272.38592020>>. Acesso em: 16 de mar. 2025.
  15. LIMA, K.D. de; PIMENTEL, C.; LYRA, T. M. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 4909-4918, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.24242019>>. Acesso em: 11 abr. 2025.
  16. MARTINS, R. B. et al. Análise das denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, Brasil. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 1,

- p. 68-76, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X202230010245>>. Acesso em: 15 mar. 2025.
17. MATOS, M. G. de; MAGALHÃES, A.S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, p. e219616, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003219616>>. Acesso em 05 abr. 2025.
  18. MEDEIROS, R. C. S.; NASCIMENTO, E. G. C. “Na hora de fazer não chorou”: a violência obstétrica e suas expressões. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 30, n. 3, p. e71008, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n371008>>. Acesso em: 15 mar. 2025.
  19. MEIRA, D. S.; SOUSA, R. S.; PUBLIO, C. A. M. Violência obstétrica como violação dos direitos humanos. *Revista Foco*, v. 16, n. 11, 2023. Disponível em: <<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3769>>. Acesso em: 16 mar. 2025.
  20. ORSO, L. F. et al. Violência obstétrica: experiência da equipe multidisciplinar em saúde. *Sick Revista. UFPE online*, v. 15, n. 2, p. e246960, 2021. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1291979>>. Acesso em 12 mar. 2025.
  21. Organização Mundial da Saúde. A prevenção e eliminação do desrespeito e abuso durante o parto em unidade de saúde; Declaração da OMS. 2014. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/134588>>. Acesso em 05 de abr. 2025.
  22. PAIVA, A. de M. G. et al. Representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde: análise fatorial de correspondência. *Cogitare Enfermagem*, [S. l.], v. 27, 2022. DOI: 10.5380/ce.v27i0.75198. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/75198>>. Acesso em 11 abr. 2025.
  23. PAGE, M. J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Epidemiol. Serv. Saúde [online]*. 2022, vol.31, n.2, e2022107. Epub 13-Jul-2022. ISSN 1679-4974. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742022000200033>> Acesso em 15 de mar. 2025.
  24. PAULA, E. et al. Violência Obstétrica e o Atual Modelo, na percepção dos gestores em saúde. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 29, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0248>>. Acesso em: 12 mar. 2025.
  25. RUIZ, J. M.; DE TILIO, R. Análise do discurso de gênero no contexto hospitalar: perspectivas de mulheres internadas nas enfermarias de ginecologia e obstetrícia.

- Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, p. e212364, 2021. Disponível em:<  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003212364>>. Acesso em: 04 abr. 2025.
26. SARAIVA, V.C. dos S.; CAMPOS, D. de S. A carne mais barata do mercado é a carne negra: notas sobre o racismo e a violência obstétrica contra mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 2511-2517, 2023. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.05182023>>. Acesso em 10 abr. 2025.
27. SANTOS, C. M. C.; PIMENTA, C. A. M.; NOBRE, M. R. C. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p. 508-511, maio/jun. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/jj/rlae/a/6SdvJGc6HxFg9qPCML3tvTz/?lang=pt>>. Acesso em: 12 de mar. de 2025.
28. SILVA, I. V.; SILVA, J. P. M.; SANTOS, D. S. O enfermeiro mediante o trabalho de parto: na prevenção da violência obstétrica. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 7, n. 15, p. e151298, 2024. Disponível em: <<https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1298>>. Acesso em:14 mar. 2025.
29. SOUSA, A. M. et al. Violência Obstétrica no Ciclo Gravídico-Puerperal e o Papel da Enfermagem no Cuidado Humanizado. ID on line. *Revista de psicologia*, v. 19, n. 79, p. 16-32, 2025. Disponível em: < <https://doi.org/10.14295/online.v19i79.4319> > Acesso em: 14 mar. 2025.
30. SOUZA, S.; LEME, R. Violência Obstétrica e a População Carcerária: história, legislação e aspectos atuais. *Unisantia Law and Social Science*, v. 13, n. 2, p. 381-398, 2024. Disponível em: < <https://zenodo.org/records/14510724>>. Acesso em: 11 abr. 2025.
31. TRAJANO, A.R.; BARRETO, E. A. Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, p. e200689, 2021. Disponível em:<  
<https://doi.org/10.1590/interface.200689>>. Acesso em: 02 mai. 2025.
32. ZANCHETTA, M. S. et al. Ampliando vozes sobre violência obstétrica: recomendações de advocacy para enfermeira (o) obstetra. *Escola Anna Nery*, v. 25, n. 5, p. e20200449, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0449>>. Acesso em 11 abr. 2025.